

OFICINAS DE ACESSIBILIDADE AO CURRÍCULO: PENSANDO NA INCLUSÃO DA DIVERSIDADE

RENATA VASCONCELLOS RODRIGUES¹: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

SUELLEN DA ROCHA RODRIGUES²: Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

EDICLEÁ MASCARENHAS FERNANDES³: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Eixo Temático: Acessibilidade Tecnologias Assistivas.

Modalidade de apresentação: Comunicação Oral.

Resumo:

O presente trabalho foi desenvolvido no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial e Inclusiva (NEEI) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e objetiva contribuir para a formação continuada dos professores e com a avaliação das potencialidades afetivas, cognitivas, motoras e lingüísticas dos alunos com necessidades educativas especiais, identificando assim as áreas de necessidades educacionais especiais para a promoção de recursos de acessibilidade. Através desse projeto são apresentadas as Oficinas de Currículo e Adaptações (OCAs) - direcionadas para pessoas ligadas direta ou indiretamente com a educação - onde são expostas as adaptações curriculares de pequeno porte das mais diferentes áreas de necessidades educacionais especiais. Essas OCAs têm como objetivo mostrar aos participantes das oficinas que além do aprendizado é importante compreender a diversidade existente entre cada alunado. Lidando assim, com as especificidades educacionais de cada um, e com base nesse conhecimento os participantes observam a importância desses recursos de acessibilidade dentro de sala de aula. Afinal, as adaptações são materiais que servem como apoio didático, adaptando o currículo às necessidades educativas especiais de cada aluno com deficiência, a fim de garantir a aprendizagem plena.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Educação Especial, Adaptações Curriculares.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da UERJ, bolsista de Extensão do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial Inclusiva (NEEI/UERJ) Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20540-330, Brasil – vasco_renatinha@hotmail.com

² Graduanda do Curso de Pedagogia da UERJ, bolsista de Iniciação à Docência do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial Inclusiva (NEEI/UERJ) Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20550-900, Brasil – suellen2709@yahoo.com.br

³ Professora Adjunta do Departamento de Educação Inclusiva e Continuada da Faculdade de Educação / UERJ - Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva (NEI/UERJ) Rio de Janeiro / RJ, CEP: 20550-900, Brasil – professoraediclea.uerj@gmail.com

Introdução:

Este trabalho é uma parte do Projeto de Extensão “Inclusão e Diversidade Humana: Vivenciando Linguagens” e do Projeto de Iniciação à Docência “Recursos, adaptações e tecnologias assistivas para educando com necessidades especiais”, vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Inclusiva (NEEI) da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O projeto é de natureza qualitativa, realizada no cotidiano das classes regulares de educação inclusiva, e objetiva contribuir para a formação continuada dos professores e com a avaliação das potencialidades afetivas, cognitivas, motoras e lingüísticas dos alunos com necessidades educativas especiais, identificando as áreas de necessidades para a promoção de recursos de acessibilidade, neste caso, pretende apresentar e destacar a importância destes recursos para o processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, além de contribuir na acessibilidade ao currículo. Através deste projeto, os professores e futuros professores aprendem não só a compreender como também a lidar com as especificidades educacionais de cada alunado, de acordo com a sua deficiência ou necessidades educativas especiais, e com base neste conhecimento, reconheçam a importância dos recursos de acessibilidade na sala de aula. E a partir daí percebe-se a significativa importância da pesquisa participante, tanto por parte destes professores e futuros professores ao notarem a obtenção de resultados positivos a partir do uso de tais recursos, quanto por parte de nós pesquisadores, que através de tais observações, podemos inclusive criar e recriar novos conhecimentos e até mesmo elaborar novas atividades que possam conduzir a resultados eficazes, e transmitir estas descobertas aos professores através, por exemplo, das Oficinas de Currículo e Adaptações (OCAs), que serão muito mencionadas neste trabalho. Sendo retratada esta afirmação nas próprias orientações ao sistema de ensino, destacando que a socialização de experiências educacionais contribui para a produção de conhecimentos, além do desenvolvimento de práticas inovadoras e o fortalecimento do processo de inclusão escolar.

Referencial teórico:

Apresenta como referencial teórico os estudos de GLAT (2002, 2005, 2006 e 2007), NOGUEIRA (2002) FERNANDES (2005, 2007 e 2008) e de FERREIRA (2003) autores referenciais, além de fundamentar-mos nossa pesquisa nos estudos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), A Secretaria Nacional de Educação Especial nas Diretrizes Nacionais para Educação Básica (2001) e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Referenciais teóricos que vêm as adaptações curriculares como uma melhor forma de atender às necessidades pedagógico-educacionais das crianças com necessidades educacionais especiais na hora de incluí-las nas classes regulares de ensino, contribuindo para a própria aprendizagem dos alunos ditos “normais”.

Objetivos:

As OCAs são oficinas realizadas com o intuito de oferecer suporte aos professores ou futuros professores que desejam oferecer uma melhor oportunidade de aprendizagem para os seus alunos e contribuir com a avaliação das potencialidades afetivas, cognitivas, motoras e lingüísticas dos alunos com necessidades educativas especiais, identificando assim as áreas de necessidades educacionais especiais para a promoção de recursos de acessibilidade.

Objetiva também mostrar aos seus participantes que além do aprendizado é importante compreender a diversidade existente entre cada alunado. Lidando assim, com as especificidades educacionais de cada um, e com base nesse conhecimento os participantes observam a importância desses recursos de acessibilidade dentro de sala de aula. Afinal, as adaptações são materiais que servem como apoio didático, adaptando o currículo às necessidades educativas especiais de cada aluno com deficiência, a fim de garantir a aprendizagem plena.

Metodologia:

As OCAs, como já foi mencionado, são oficinas realizadas com o intuito de oferecer suporte aos professores ou futuros professores que desejam oferecer uma melhor oportunidade de aprendizagem para os seus alunos. Elas ocorrem na UERJ através das disciplinas: “Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar” e “Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva”, que atendem aos alunos do curso de Pedagogia e de Licenciatura, e nas instituições de ensino público ou privado, que apresentem interesses em obter um maior diálogo com os seus educando, como a parceria estabelecida com o Colégio Pedro II, o Município de Duque de Caxias e o Município de Belford Roxo, através da Secretaria de Educação e que devido a implementação da Educação Inclusiva vem recebendo uma quantidade significativa de alunos com necessidades educacionais especiais e tem, portanto, procurado com o apoio deste projeto, estabelecer uma melhor qualidade de ensino para os seus alunos.

As oficinas são desenvolvidas a partir da metodologia participante e nelas são realizadas palestras, dinâmicas e vivências que buscam mostrar aos participantes a importância que os recursos de acessibilidade possuem no aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais, demonstrando assim, que tais materiais auxiliam não só no desenvolvimento destes indivíduos dentro da escola como também fora dela, ou seja, revela a importância de cada um deles.

Ao final da palestra, os participantes são convidados a participarem de uma exposição dos materiais. Geralmente a escolha dos materiais que são levados para essas palestras e/ou apresentações em escolas é feita de acordo com a necessidade da escola ou pedido dos participantes, por exemplo, se uma escola em que será apresentada a oficina tem um maior público de alunos com paralisia cerebral serão levados materiais de comunicação alternativa. A maior parte destes recursos de acessibilidade são confeccionados com material reciclável, de fácil acesso e de baixo custo. Isso ocorre para que os participantes percebam que não é difícil construí-los, ou seja, que basta que eles tenham boa vontade e criatividade, que eles poderão e muito, ajudar o seu aluno a aprender de maneira mais “fácil” a disciplina dada em sala de aula,

concedendo-lhe desta forma, a mesma oportunidade de aprendizado que é concedida ao aluno dito “normal”.

Na maioria das vezes tais recursos não só auxiliam no aprendizado do aluno com necessidade educacional especial, como também dos sem necessidades educacionais especiais, pois fazem com que a aula ocorra de forma mais dinâmica, descontraída, sem aquele ensino formal, onde o professor apresenta apenas a parte didática e formal do conteúdo.

Assim que os recursos de acessibilidade chegam ao NEEI, são devidamente fotografados, catalogados em fichas, e arquivados, passando a fazer parte de seu acervo. Esses recursos são confeccionados visando atender as mais diferentes áreas de necessidades especiais como: deficiência física; intelectual/mental; múltipla; auditiva e dificuldades da comunicação oriundas de quadros de transtornos invasivos do desenvolvimento.

Desenvolvimento:

Antigamente a Educação Especial estava baseada em um modelo medicinal em que a deficiência era entendida como uma doença incurável. A sociedade via as pessoas com deficiência e as pessoas que não eram consideradas “normais” como um erro, algo negativo para sociedade, logo esses indivíduos eram excluídos e impedidos de participar da vida em sociedade. Assim sendo, todo atendimento dado a essas pessoas era realizado em escolas ou instituições especializadas, ou seja, eram oferecidos isoladamente.

Com o passar dos anos, principalmente por volta da década de 1960 e início da década de 1970, essas pessoas consideradas fora do padrão “normal” estipulado pela sociedade começaram a ter uma maior importância e participação na vida em sociedade, devido à intensificação dos movimentos sociais de defesa dos direitos das minorias. Com essa maior visibilidade a Educação Especial passa a dar ênfase a falha do meio social em proporcionar condições adequadas às necessidades do individuo para aprendizagem e desenvolvimento, adotando assim, o paradigma denominado Integração, cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível

daqueles oferecidos às pessoas ditas “normais”, mas com grande ênfase a ambientes segregados.

Porém, esse novo paradigma adotado pela Educação Especial sofreu algumas críticas o que culminou na proposta de uma Educação Inclusiva que ganha ênfase a partir do início da década de 1990 e objetiva inserir todos os alunos, inclusive os que apresentam deficiências sensoriais, mental transtornos severos de comportamento ou condutas típicas, deficiências múltiplas, altas habilidades e deficiências físicas no sistema regular de ensino.

A Educação Inclusiva tornou-se referência internacional na área, sobretudo a partir da segunda metade da década de 90, com a difusão da Declaração de Salamanca que tem como proposta a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares de ensino, no qual a escola deverá se adaptar e se transformar para receber cada um destes educandos.

A educação inclusiva significa uma resposta à diversidade em todas as suas formas e cria um sistema educativo que se adapte a todos, consiste na idéia de uma escola que não seleciona crianças em função de suas diferenças individuais, sejam elas orgânicas sócias ou culturais.

Um dos principais objetivos da educação inclusiva é demonstrar uma evolução da cultura, ao defender que nenhuma criança deve ser separada das outras por apresentar alguma diferença ou necessidade educativa especial. Do ponto de vista pedagógico esta integração assume a vantagem de existir interação entre crianças, procurando um desenvolvimento conjunto.

Com isso, a Educação especial vem passando por um processo de re-significação de seu papel e agora está se voltando para a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, para isso, necessita adequar o currículo e o projeto político pedagógico as especificidades (sensoriais, físicas e mentais) dos mesmos. A Secretaria Nacional de Educação Especial nas Diretrizes Nacionais para Educação Básica (2001) recomenda a implantação das adaptações curriculares, para que a inclusão do aluno com necessidade educativa especial possa ser significativa à sua vida social, afetiva e acadêmica.

Ou seja, hoje para se obter uma real inclusão dentro das escolas, faz-se necessária discussão acerca dos recursos de acessibilidade, pois eles sem dúvida colaboram para o desenvolvimento da aprendizagem de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais.

As adaptações curriculares são concernentes às alterações de conteúdo, estratégias ou de metodologia já o acesso ao currículo refere-se a recursos tais como, adaptações do espaço físico, materiais, mobiliário, equipamentos e sistemas de comunicação alternativos.

O MEC/SEESP na Política de Educação Especial de 1994 propunha que as adaptações curriculares para a educação especial teriam como principal objetivo promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, tendo como referência a elaboração do projeto político pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar. Essas adaptações podem ser de grande porte ou significativas (que são de responsabilidade das instituições de ensino) e as de pequeno porte ou não-significativas (que são as realizadas pelo professor com o intuito de permitir e promover a participação de maneira produtiva dos alunos que apresentam necessidades educativas especiais).

O MEC/SEESP na política proposta em 1994 para a Educação Especial fazia uma classificação para as adaptações curriculares:

- Adaptações de grande porte ou significativas: são organizativas, relativas aos objetivos e conteúdos, nos procedimentos didáticos, na temporalidade e avaliativas.

Ex: rampas; banheiros adaptados; acesso a qualquer um dos ambientes da escola por parte do aluno com necessidades educativas especiais; as Leis elaboradas pelo poder público e que visam atender aos alunos com necessidades educacionais especiais (como o Decreto Federal n.º5.626, de 22 de dezembro de 2005, que garante, no Capítulo IV, o uso e a difusão da Libras - Língua Brasileira de Sinais - e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação garantindo a todo deficiente auditivo ter dentro de sala de aula um interprete de Libras); etc.

- Adaptações de pequeno porte ou não-significativas: São realizadas na

acessibilidade, nos objetivos, nos conteúdos, nas metodologias e na organização didática, na temporalidade e avaliativas, como por exemplo: criar condições físicas, ambientais e materiais para a participação do aluno com necessidades especiais na sala de aula; favorecer os melhores níveis de comunicação e de interação do aluno com as pessoas com os quais convive na comunidade escolar; favorecer a participação do aluno nas atividades escolares; atuar para a aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos necessários; etc.

Grande parte das instituições de ensino tem como principal objetivo padronizar os seus alunos dentro de um imaginário de homogeneidade, e por isso aqueles que não se enquadram a esse padrão são vistos como alunos incapazes, inferiores aos demais. Neste momento que o conceito de recursos de acessibilidade rompe com esta lógica.

E é pensando em “acabar” com essa visão de homogeneidade e ajudar na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, através da adequação do currículo, do projeto político pedagógico as especificidades (sensoriais, físicas e mentais) dos mesmos e na recomendação da Secretaria Nacional de Educação Especial nas Diretrizes Nacionais para Educação Básica (2001) sobre a implantação das adaptações curriculares que realizamos as OCAs.

Desde o final de 2009 até o atual momento, o projeto está dando continuidade à catalogação dos recursos de acessibilidade, confeccionados pelos bolsistas do NEEI e pelos alunos das disciplinas “Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar”, e “Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva”. O projeto tem parceria com o Colégio Pedro II e o Município de Duque de Caxias, onde foram oferecidas cinco oficinas. Além das oficinas já citadas, foram realizadas mais sete oficinas nas turmas das disciplinas “Educação Inclusiva e Cotidiano Escolar”, “Práticas Pedagógicas em Educação Inclusiva” e “Pesquisas em Educação Especial” e uma na XIV Semana de Educação da Faculdade de Educação da UERJ. Foram ainda apresentados trabalhos na XIV Semana de Educação da Faculdade de Educação da UERJ; no IV Encontro Saúde e

Educação para a Cidadania, do CCS/UFRJ; no V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial, em Londrina; no 12º Seminário do Projeto de Extensão Fórum de Educação Inclusiva: Políticas Públicas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; no Encontro realizado pelo CCS/UFRJ no município de Maricá; além da participação na 1ª Mostra de Materiais Acessíveis produzidos pelos alunos das Licenciaturas da Faculdade de Educação.

Atualmente o projeto possui 260 recursos de acessibilidade, devidamente catalogados, que procuram atender as mais diferentes áreas de necessidades especiais, como: deficiência física; intelectual/ mental; múltipla; auditiva e dificuldades da comunicação, oriundo de quadros de transtornos invasivos do desenvolvimento.

Para que isso ocorra com sucesso é necessário que todos os envolvidos estejam dispostos a ver que cada aluno é diferente um do outro, e que, portanto, cada um possui o seu tempo para o aprendizado e suas modalidades de aprendizagem. O professor deve adequar sua prática lidando com as diferenças e fazendo uso delas como forma de ampliar positivamente as experiências de todos os alunos dentro do princípio de educar para a diversidade em vez da homogeneidade.

Conclusões:

Através deste projeto, concluímos que os recursos de acessibilidade quando são utilizados pelos professores nas instituições de ensino, constituem um espaço de desafio por parte de todos os envolvidos no processo, sejam eles professores ou alunos e após a vivência das OCAS os professores e futuros docentes percebem que os recursos de acessibilidade podem ser utilizados perfeitamente tanto com alunos considerados “normais”, quanto com alunos com necessidades educacionais especiais. Podem-se observar dois tipos de percepção por parte dos profissionais que vivenciam estas oficinas.

No primeiro caso, foi possível observar o real interesse por parte dos professores com a OCA, tanto durante a palestra sobre a importância do uso dos recursos de acessibilidade em sala de aula, onde os professores

participaram de forma ativa, através de perguntas, questionamentos, relatando experiências, etc., como na exposição dos recursos de acessibilidade, onde eles novamente participaram de forma ativa, fotografando cada um dos recursos, perguntando de qual material eles foram feitos e para que cada um servia. Todas as informações que eles recebiam de nossa parte, eram devidamente anotadas por grande parte dos profissionais que se encontravam ali e, no momento da oficina muitos deles já pensavam como usariam cada um dos recursos com seus alunos com necessidades educacionais especiais e já tinham novas idéias de recursos de acessibilidade que levariam para utilizarem com seus alunados.

Já no segundo caso, observamos que muitos dos professores, apesar do aparente interesse pela novidade, demonstraram certa insegurança a respeito de seu uso e de sua produção, acreditando não serem capazes de produzir tais recursos. Muitos desses professores inclusive mencionaram que não se sentiam aptos para exercer tal trabalho, apesar de considerarem toda apresentação de extrema importância, o que de fato é, afinal, através da apresentação dos recursos de acessibilidade e da demonstração de seus respectivos usos, todos os integrantes da escola pode aprender, e compreender melhor a respeito da importância do uso dos mesmos, tanto com seus alunos regulares já matriculados, como com os possíveis alunos com necessidades educacionais especiais que podem vir a se matricular. Ou seja, a importância do uso dos recursos de acessibilidade se faz necessário para o chamado processo de inclusão, e para acelerar tal processo as OCAs exercem um importante papel, inclusive devido à falta de orientação e informação a respeito desse tema, afinal apesar de o aparente interesse, como foi dito, muitos professores se mostraram bastante inseguros a respeito do uso de tais recursos, e principalmente do contato com crianças com necessidades educacionais especiais.

Observamos também que em grande parte das escolas onde o projeto foi aplicado e que já se encontram presentes alunos com necessidades educacionais especiais, os professores de imediato identificavam pontos positivos com o uso dos recursos de acessibilidade, pois os alunos com

necessidades educacionais especiais, tiram dos “ombros” deles os “mitos de alunos fracassados intelectualmente” e ganham também os seus colegas porque aprendem novas estratégias e fórmulas de resolução de problemas, além da interação, e da solidariedade que acaba existindo entre eles, e com isso acabam percebendo que seus colegas, com necessidades educacionais especiais, são tão capazes de aprender o conteúdo didático quanto eles, basta que tenham realmente uma oportunidade de aprendizado.

E o professor torna-se assim mais crítico, criativo e dinamizador, pois é desafiado durante todo o ano letivo a agir no papel de transformador, de pesquisador ativo. Ele aprende assim a obter novos mapas de estratégias e formas de resolução de problemas e interação através das diferenças presentes em seus alunos e a força da solidariedade entre todas as pessoas presentes neste processo.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil**. 1996.

FARIA, L. C. M. (Orgs.) **Descentralização, municipalização e financiamento da Educação no Brasil pós LDB**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERNANDES, E. M. & ORRICO, H. F. **Acessibilidade e Inclusão Social**. Rio de Janeiro: Editora Deescubra, 2008.

_____; ANTUNES, K. C. V. & GLAT, R. **Acessibilidade ao currículo: pré-requisito para o processo ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular**. In: GLAT, R. (Org.). *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: Editora Sette Letras, 2007, p. 53-61.

FERREIRA, J. R. e GLAT, R. **Reformas educacionais pós LDB: a inclusão do aluno com necessidades especiais no contexto da municipalização**. In: SOUZA, D. B. GLAT, R. PLETSCH, Márica Denise; OLIVEIRA, Mércia Cabral de; ANTUNES, Katiuscia Vargas. **A Educação Especial no paradigma da inclusão: a experiência da rede municipal de Educação do Rio de Janeiro**. In: XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino - ENDIPE, 2006, Recife/PE. Anais do XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino - ENDIPE, 2006. p. 1-13.

GLAT, R. & FERNANDES, E. M. **Da Educação Segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Especial brasileira.** *Revista Inclusão*: MEC/ SEESP, vol. 1, nº1, 2005, p. 35-39.

_____; & NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para educação inclusiva no Brasil.** *Revista Integração*, vol. 24, ano 14; Brasília: MEC/SEESP, 2002.

MEC – SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Disponível no site: www.mec.gov.br. Acessado em agosto de 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: Corde, 1994.